

# PUBLICIDADE LEGAL

**Todeschini S/A Indústria e Comércio** CNPJ 87.547.170/0001-79  
NIRE: 4330001431

**ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO**

Convocamos os Senhores Acionistas da Todeschini S/A Indústria e Comércio a se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a ser realizada na sede social, na Alameda Todeschini, 370, Bairro Verona, em Bento Gonçalves, RS, no dia 14 de abril de 2026, às 10:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I) Em regime Ordinário:** a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; b) Deliberar sobre a destinação do Lucro Líquido do exercício e a distribuição de dividendos; c) Eleição da Diretoria; d) Fixação da remuneração dos Administradores; e) Instalação, eleição e fixação da remuneração do Conselho Fiscal; **II) Em regime Extraordinário:** a) Aumento do capital social em R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), mediante a subscrição particular de novas ações e consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social; b) Outros assuntos de interesse social. Bento Gonçalves/RS, 31 de março de 2026.

Virginia Farina - Diretora Presidente

## Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Escaneie o  
QRCode  
abaixo e entre  
em contato:



O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais.


Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

WHATSAPP: (51) 3213-1342  
EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

JC 92 ANOS



# PUBLICIDADE LEGAL



**LOJAS QUERO-QUERO S.A.**  
Companhia Aberta  
CNPJ sob nº 96.418.264/0218-02 | NIRE nº 4330002898-4

**LJQQ3**  
B3 LISTED

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Lojas Queró-Queró S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada no dia 30 de abril de 2026, às 9:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida General Flores da Cunha nº 1.943, cidade de Cachoeirinha, Estado do Rio Grande do Sul, a fim de deliberar acerca das seguintes matérias: Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i) Tomar as contas dos Administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório anual da administração, dos pareceres dos auditores independentes e do Comitê de Auditoria da Companhia; (ii) Fixar o número de membros do Conselho de Administração em 6 (seis) membros; (iii) Eleger os membros do Conselho de Administração; e (iv) Fixar o limite de valor da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2026, conforme proposta da administração. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i) Aprovar a alteração do Artigo 3º, *caput*, do Estatuto Social da Companhia, para refletir ajuste no endereço da sede, que permanece no mesmo edifício; (ii) Aprovar a alteração do Artigo 5º, *caput* e parágrafo único, do Estatuto Social da Companhia, para incluir atividades acessórias àquelas atualmente previstas em seu objeto social, bem como esclarecer que todas as atividades compreendidas em seu objeto social podem ser desenvolvidas por canais de negócio presenciais e não presenciais; (iii) Aprovar a alteração do Artigo 7º, *caput*, de forma a restabelecer o limite do capital autorizado; (iv) Aprovar a alteração do Artigo 16º, dos incisos (iii), (iv), (v), (vi), (x), (xi), (xiii) e (xiv), e parágrafo único, do Estatuto Social, para atualizar os valores de alçada previstos em tais incisos, de acordo com a regra de atualização monetária já prevista no parágrafo único, bem como ajustar o termo inicial de tal regra de atualização monetária; (v) Aprovar a exclusão do Artigo 45 do Estatuto Social, dada a verificação da condição prevista neste dispositivo para início da sua eficácia; e (vi) Consolidar Estatuto Social da Companhia. O detalhamento das deliberações propostas, e das regras e dos procedimentos sobre como os acionistas poderão participar e votar na Assembleia (incluindo instruções gerais para preenchimento e envio do boletim de voto a distância) encontram-se na Proposta da Administração divulgada nesta data pela Companhia. **Instruções Gerais - Participação na Assembleia.** Nos termos do artigo 6º, §1º da Resolução CVM nº 81/22, os acionistas que pretenderem participar da Assembleia deverão acessar o endereço eletrônico <https://assembleia.ten.com.br/442785800>, criar um cadastro com login e senha único, indicando a "Participação" como "Ao vivo", anexar as documentações conforme abaixo, ir na guia "Assembleia", marcar os votos (caso queira antecipar os votos) e confirmar.

Documentação a ser encaminhada	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundos de Investimento
Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal <sup>(1)</sup>	X	X	X
Estatuto social ou contrato social consolidado e atualizado <sup>(2)</sup>	-	X	X
Documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso <sup>(2)</sup>	X <sup>(3)</sup>	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do fundo <sup>(2)</sup>	-	-	X

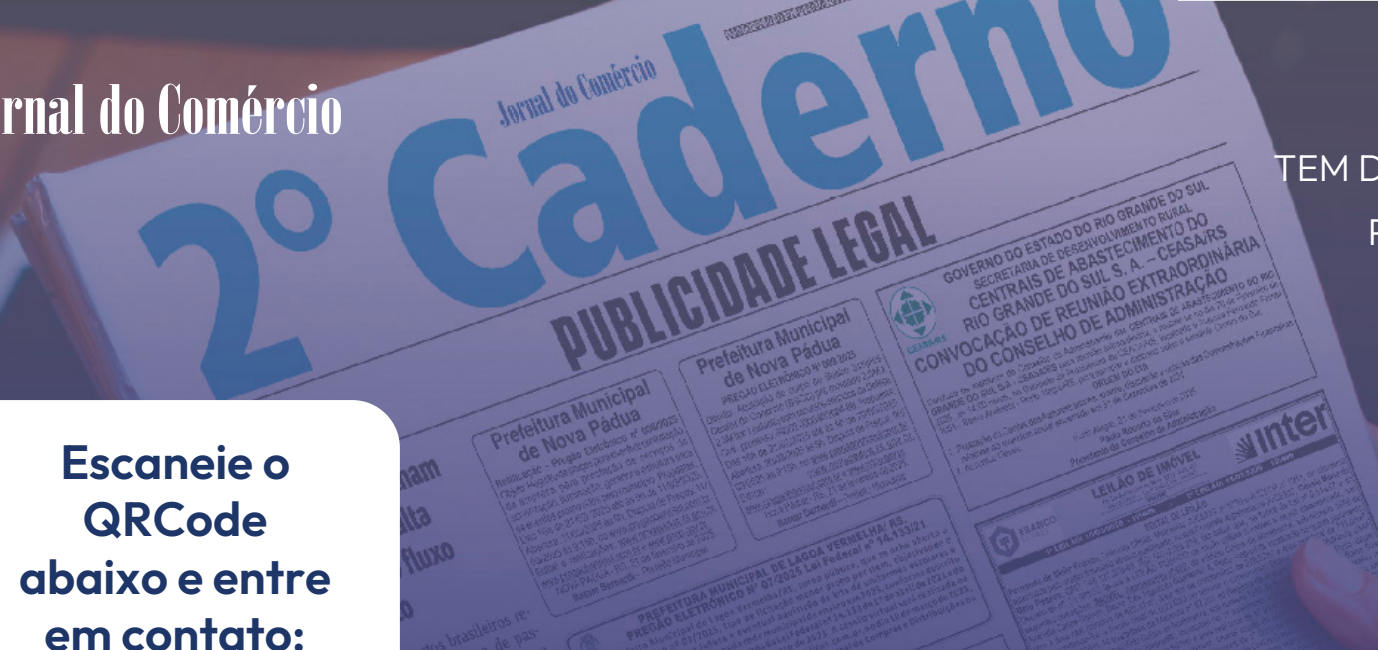
<sup>(1)</sup> Documentos de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, passaporte (no caso de estrangeiros) e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida.  
<sup>(2)</sup> Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.  
<sup>(3)</sup> No caso de representação por procurador.

Ressalta-se que os acionistas poderão participar da Assembleia ainda que não apresentem previamente os documentos acima referidos, bastando que compareçam à Assembleia munidos de tais documentos até a abertura dos trabalhos, conforme o art. 6º, §2º da Resolução CVM nº 81/22. Nesse caso, solicita-se que os acionistas compareçam com antecedência de modo que a conferência dos documentos possa ser realizada em tempo hábil para a sua participação. Os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira deverão ser traduzidos para a língua portuguesa, exceto os documentos elaborados em inglês ou espanhol. Ainda, a Companhia informa que não serão exigidos autenticação de cópias, reconhecimento de firma, notariação ou consularização/apostilamento. A Companhia ressalta, que não será necessário o envio físico dos documentos que já tenham sido enviados de maneira eletrônica caso estes tenham sido produzidos e assinados com uso da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Nos termos da Resolução CVM nº 81/22, a Companhia adotará, também, o sistema de votação a distância mediante a entrega dos respectivos boletins de voto a distância diretamente à Companhia, aos agentes custodiantes, ao depositário central ou à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, de acordo com as instruções contidas na Proposta da Administração, conforme modelos do boletins de voto a distância disponibilizados pela Companhia. O percentual mínimo de participação no capital social votante para (i) requerer a instalação do Conselho Fiscal é de 2% e (ii) solicitar que a eleição dos membros do Conselho de Administração ocorra pelo sistema de voto múltiplo é 5%. A Companhia informa que se encontram a disposição dos Senhores Acionistas, na sua sede, no seu site de Relações com Investidores (<https://ri.quero-queró.com.br/>), bem como nos sites da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), o presente Edital de Convocação e a Proposta da Administração, que contém as informações requeridas pela Resolução CVM nº 81/22 sobre as matérias a serem examinadas e discutidas na Assembleia. Os eventuais documentos ou propostas, declarações de voto, protestos ou dissidências sobre a matéria a ser deliberada deverão ser apresentadas no dia da Assembleia, por escrito, à Mesa da Assembleia, que, para esse fim, será representada pelo(a) Secretário(a) da Assembleia.  
Cachoeirinha, 31 de março de 2026. **Christiano Antoniazzi Galló** - Presidente do Conselho de Administração

# PUBLICIDADE LEGAL


**MELNICK DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A.** - Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 12.181.987/0001-77 - NIRE 43.300.052.885 - **EDITAL DE CONVOCAÇÃO** - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 29 de abril de 2026 - Ficam convocados os senhores acionistas da **MELNICK DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81"), em primeira convocação, no dia **29 de abril de 2026, às 14:00 horas**, por meio da plataforma digital Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Em **Assembleia Geral Ordinária**: (i) Tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório da Administração, do Parecer do Comitê de Auditoria, do Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes; (ii) Deliberar sobre a proposta dos administradores para a destinação do lucro líquido relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 e a distribuição de dividendos; (iii) Deliberar sobre a proposta de orçamento de capital com vigência até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2026; (iv) Fixar o número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato; (v) Eleger os membros do Conselho de Administração; e (vi) Fixar o limite da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026. E, em **Assembleia Geral Extraordinária**: (i) Deliberar sobre a alteração do Estatuto Social da Companhia para (a) modificar regras relativas à competência da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia; (b) modificar regras relativas à composição do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia; (c) modificar regras de representação da Companhia; e (d) aprimorar a redação; e (ii) Deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Informações Gerais**: Todos documentos pertinentes à Assembleia estão à disposição dos senhores acionistas, na sede social da Companhia e nos websites da Companhia (<http://ri.melnick.com.br/>), da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)), nos termos da RCVM 81, incluindo a Proposta da Administração relativa à Assembleia ("Proposta da Administração") e os Boletins de Voto a Distância. A Assembleia será realizada de modo **exclusivamente digital**, podendo os acionistas participar e votar por meio da Plataforma Digital ou via Boletins de Voto a Distância, em observância ao disposto na RCVM 81. A Companhia entende que a forma exclusivamente digital é a mais adequada para a realização desta Assembleia por facilitar a participação de seus acionistas, que poderão participar da Assembleia sem a necessidade de comparecimento presencial em sua sede. Além disso, esta foi a prática já adotada pela Companhia em suas últimas assembleias. As orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a participação na Assembleia constam da Proposta da Administração. Esclarecemos que os acionistas poderão participar via sistema eletrônico diretamente ou por procurador devidamente constituído, sendo que as regras para outorga de procuração encontram-se detalhadas na Proposta da Administração. **Participação remota por meio de sistema eletrônico**. O acionista que desejar participar da Assembleia pela Plataforma Digital deverá enviar à Companhia, no endereço eletrônico [ri@melnick.com.br](mailto:ri@melnick.com.br), com solicitação de confirmação de recebimento, com, no mínimo, **2 (dois) dias de antecedência** da data da realização da Assembleia, ou seja, **até o dia 27 de abril de 2026**, e-mail contendo a documentação indicada abaixo ("Solicitação de Acesso"). As regras e orientações detalhadas, bem como os procedimentos e informações adicionais para a participação do acionista na Assembleia por meio da Plataforma Digital constam na Proposta da Administração. **Participação mediante envio dos Boletins de Voto a Distância**. Nos termos da RCVM 81, e conforme detalhado na Proposta, os acionistas que tiverem interesse em exercer o seu direito de voto por meio dos Boletins de Voto a Distância poderão: (i) preenchê-los e enviá-los diretamente à Companhia por e-mail acompanhado dos documentos indicados na Proposta da Administração; ou (ii) enviar as instruções de voto para os seguintes prestadores de serviço utilizando os canais por eles disponibilizados, sendo que: (ii.1) no caso de acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas na Central Depositária da B3, as instruções de voto poderão ser enviadas por intermédio dos respectivos agentes de custódia ou da Central Depositária da B3; ou (ii.2) no caso de acionistas detentores de ações que estejam em ambiente escritural, as instruções de voto poderão ser enviadas por intermédio do BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM, escriturador das ações da Companhia. Para efeitos do que dispõe o artigo 141 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e o artigo 3º da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022 ("RCVM 70"), o percentual mínimo necessário para a solicitação de adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento) do capital social votante da Companhia, observado o prazo de até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia para tal requisito. Em cumprimento ao disposto na RCVM 81, a Companhia informa que o percentual mínimo necessário para pedido de instalação do Conselho Fiscal é de 2% (dois por cento) das ações de emissão da Companhia, nos termos do artigo 161, §2º, da Lei das Sociedades por Ações, combinado com o artigo 4º da RCVM 70. Em caso de dúvida com relação aos procedimentos acima, favor contatar: Melnick Desenvolvimento Imobiliário S.A - A/C. Relações com Investidores - Sr. Juliano Melnick - E-mail: [ri@melnick.com.br](mailto:ri@melnick.com.br) - Porto Alegre (RS), 27 de março de 2026. **Milton Melnick** - Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio



**PUBLICIDADE LEGAL**  
TEM DATA E LOCAL CERTO  
PARA SER PUBLICADA

**Escaneie o QRCode abaixo e entre em contato:**



O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais.

**Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.**

WHATSAPP: (51) 3213-1342 | EMAIL: [COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR](mailto:COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR)

**COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D**

*Companhia Aberta*  
CNPJ nº 08.467.115/0001-00  
NIRE 43300046915 | Código CVM nº 02064-8

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2026**

**COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D** ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e dos arts. 4º a 6º da Resolução da CVM n.º 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81"), convocar a Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 29 de abril de 2026, às 11:00 horas, de forma exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(ii)** o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(iii)** a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(iv)** a fixação do número de membros do Conselho de Administração; **(v)** a eleição dos membros do Conselho de Administração; **(vi)** a caracterização de membro independente do Conselho de Administração; **(vii)** a instalação do Conselho Fiscal; **(viii)** a fixação do número de membros do Conselho Fiscal; **(ix)** a eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; e **(x)** a fixação da remuneração global anual dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2026. A Assembleia Geral será realizada de maneira exclusivamente digital, não sendo possível o comparecimento físico. A Companhia considera que a realização da Assembleia Geral em formato digital é a melhor opção para assegurar a ampla participação dos acionistas, proporcionando maior acessibilidade às discussões e deliberações. Além disso, a Companhia entende que esse modelo fomenta a inclusão e o engajamento dos acionistas. A Assembleia Geral ocorrerá por meio de videoconferência na plataforma "Microsoft Teams", observando o disposto na RCVM 81. A administração da Companhia esclarece que os Senhores Acionistas, observados os respectivos prazos e procedimentos, poderão participar e votar na Assembleia Geral por meio das seguintes formas disponibilizadas pela Companhia: (a) sistema eletrônico para participação a distância ("Plataforma Digital"); e (b) boletins de voto a distância. Para participação na Assembleia Geral via Plataforma Digital, o acionista deverá solicitar seu cadastro, impreterivelmente, até o dia **27 de abril de 2026**, mediante solicitação pelo e-mail, fornecendo as informações e documentos indicados abaixo ("Solicitação de Acesso"). Validada a sua condição pela Companhia, o acionista receberá nas 24 (vinte e quatro) horas que antecederem a Assembleia Geral, o link de acesso à *Sala de Espera*, na qual será confirmada sua identificação e fornecido o acesso para participação à reunião virtual. Não poderão participar da Assembleia Geral os acionistas que não se cadastrarem validamente pelo e-mail indicado, com o correspondente depósito dos documentos solicitados, até o dia **27 de abril de 2026**, inclusive. Somente poderão participar da Assembleia Geral aqueles que forem acionistas da Companhia, sendo que a titularidade das ações para tanto será a constante da base acionária disponibilizada pelo escriturador. A Solicitação de Acesso deverá: **(i)** conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia Geral, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e **(ii)** ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral, conforme descritos a seguir. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia Geral os acionistas, ou seus representantes legais, deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos digitalizados: (i) documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral - RG), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular, do acionista e de seu representante, conforme o caso; e (ii) instrumento de outorga de poderes de representação (nos termos abaixo indicados). Visando à otimização do processo de verificação da Solicitação de Acesso, a Companhia recomenda que o acionista ou seu representante, conforme o caso, apresentem o comprovante de participação acionária emitido pelo órgão competente, com, no máximo, 5 (cinco) dias de antecedência de realização da Assembleia Geral. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia autenticada digitalizada dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia Geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente o acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na Assembleia Geral caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente, quando for o caso. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia Geral por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º, da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014). Em cumprimento ao disposto no art. 654, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante ou com assinatura eletrônica, como alternativa ao reconhecimento de firma. Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, devem ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), ser legalizados em Consulado Brasileiro, e, em ambos os casos, ser traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor. Especificamente em relação aos documentos lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola, ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas, a Companhia não exigirá a tradução juramentada. Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia Geral, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail [assembleia.ceed@equatorialenergia.com.br](mailto:assembleia.ceed@equatorialenergia.com.br), com até 2 (duas) horas de antecedência do horário de início da Assembleia Geral, para que seja prestado o suporte necessário. Na data da Assembleia Geral, o link de acesso à Plataforma Digital estará disponível a partir de 30 (trinta) minutos de antecedência do horário de início da Assembleia Geral, sendo que o registro da presença do acionista via sistema eletrônico somente se dará mediante o acesso via link, conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 10 (dez) minutos do horário marcado para início da Assembleia Geral, não será possível o ingresso do acionista na Assembleia Geral, independentemente da realização e validação da Solicitação de Acesso. Assim, a Companhia recomenda que os acionistas acessem a Plataforma Digital para participação da Assembleia Geral com, pelo menos, 15 (quinze) minutos de antecedência. A Companhia reforça que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da Plataforma Digital para participação da Assembleia Geral, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da Plataforma Digital que não estejam sob controle da Companhia. Caso os acionistas optem por manifestar seus votos a distância, deverão preencher o boletim de voto a distância, nos termos da RCVM 81, conforme orientações detalhadas que constam no boletim disponibilizado pela Companhia e na Proposta da Administração. Ainda, conforme previsto no § 1º do art. 141 da Lei das S.A., no art. 5º da RCVM 81 e nos arts. 1º e 3º da Resolução CVM n.º 70, de 22 de março de 2022, conforme alterada, é facultado aos acionistas titulares, individual ou conjuntamente, de ações representativas de, no mínimo, 5% do capital social total e votante, por meio de notificação escrita entregue à Companhia até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral, a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração. No cálculo do percentual necessário para requerer a adoção do procedimento de voto múltiplo as ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria devem ser excluídas (Processos CVM RJ2013/4386 e RJ2013/4607, julgados em 04.11.2014). Eventuais informações complementares relativas à participação na Assembleia Geral por meio do sistema eletrônico serão colocadas à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e nas páginas eletrônicas na rede mundial de computadores da Companhia (<https://ri.equatorialenergia.com.br/>), da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 (<https://www.b3.com.br/pt-br/institucional>), incluindo a Proposta da Administração contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia Geral e ao acesso por sistema eletrônico.

Porto Alegre/RS, 27 de março de 2026.  
**Augusto Miranda da Paz Júnior**  
Presidente do Conselho de Administração

**equatorial**



Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
		<b>31/12/2025</b>	
		<b>IRPJ CSLL</b>	
<b>Receita Bruta tributável</b>		<b>16.603 16.603</b>	
Base de cálculo presumida		5.450 5.450	
<b>Valor registrado no resultado</b>		<b>(1.347) (491)</b>	
<b>Total dos impostos e contribuições sobre a renda</b>		<b>(1.838) (1.838)</b>	
Impostos correntes		(1.838)	
b) <b>Conciliação da variação do imposto de renda e contribuição social diferidos:</b> O imposto de renda e a contribuição social, registrados em contas de ativo e passivo na controladora e no consolidado, tem a sua movimentação demonstrada como segue:			
	<b>Saldo em 01/01/2025</b>	<b>Reconhecidos no resultado do exercício</b>	<b>Saldo em 31/12/2025</b>
Rendimento aplicação financeira	-	(333)	(333)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(333)</b>	<b>(333)</b>
Parcela classificada no passivo não circulante	-	-	(333)
c) <b>Imposto de renda e contribuição social a pagar:</b> O saldo de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a pagar em 31 de dezembro de 2025 apresenta a seguinte movimentação:			
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2025</b>		<b>1.838</b>	
Imposto de renda e contribuição social corrente		(1.781)	
Imposto de renda e contribuição social pagos		(39)	
Imposto de renda e contribuição social compensados		18	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>18</b>	
Passivo circulante		18	
<b>11. TÍTULOS A PAGAR</b>			
Em 31 de dezembro de 2025, temos a seguinte composição da conta de títulos a pagar:			
		<b>31/12/2025</b>	
Compra de terras		308.236	
<b>Total</b>		<b>308.236</b>	
Em 13 de março de 2025, conforme mencionado na nota explicativa 8, a Companhia celebrou um contrato particular de compra e venda de imóveis rurais com a Agrícola Xingu S.A. O Valor da transação final foi de R\$ 723.000, sendo registrado um valor de ajuste a valor presente de R\$ 56.450. Em 14 de março de 2025 ocorreu o pagamento da primeira parcela no valor de R\$ 361.500. Em 3 de dezembro de 2025, conforme mencionado na nota 13, a Companhia cindiu parte das terras e o valor de R\$ 37.174 de títulos a pagar. Em 31 de dezembro o saldo atualizado a pagar é de R\$ 308.236 a serem pagos em março de 2026.			
<b>12. RESULTADO FINANCEIRO</b>			
<b>Política Contábil:</b> As receitas financeiras abrangem receitas de juros, que é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.			
As despesas financeiras abrangem despesas com variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ajuste a valor presente de títulos a pagar.			
<b>Composição</b>			
		<b>31/12/2025</b>	
<b>Receitas financeiras</b>		<b>1.180</b>	
Receitas de aplicações financeiras		1.180	
<b>Total</b>		<b>1.180</b>	
<b>Despesas financeiras</b>		<b>(40.889)</b>	
AVP - Títulos a pagar		(40.889)	
Outras		(1)	
<b>Total</b>		<b>(40.890)</b>	
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(39.710)</b>	
<b>13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
a) <b>Capital social:</b> Em 05 de fevereiro de 2025 foi constituída a Fazenda Paladino Empreendimentos Ltda. com a integralização, em caixa, de R\$ 100 de sua controladora SLC Agrícola S.A. Em 13 de março de 2025 a SLC Agrícola S.A. realizou o aumento de capital social com integralização, em caixa, no valor de R\$ 361.401. Em 03 de dezembro, em assembleia foi aprovado a cisão parcial da Fazenda Paladino e a sua transformação em sociedade anônima. Os ativos e passivos cindidos da Companhia estão demonstrados no quadro a seguir:			
	<b>Valor cindido</b>		
<b>Ativo circulante</b>		<b>2.500</b>	
Caixa e equivalentes de caixa		2.500	
<b>Ativo não circulante</b>		<b>395.086</b>	
Propriedades para investimento		395.086	
<b>Total ativo</b>		<b>397.586</b>	
<b>Passivo circulante</b>		<b>37.174</b>	
Títulos a pagar		37.174	
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>360.412</b>	
Capital Social		360.412	
<b>Total do Passivo</b>		<b>397.586</b>	
Em 29 de dezembro de 2025, o Fundo de Investimento em Participações Agro II - Multiestratégia Responsabilidade Limitada, realizou um aporte de capital no montante de R\$ 321.324, passando a deter 50% do capital social da Companhia. De maneira a manter a igualdade de participações entre os acionistas, a diferença entre os valores aportados por cada investidor foi registrada em Reserva de Capital, na rubrica de Ágio na Emissão de Ações, conforme previsto na legislação societária aplicável, no montante de R\$ 321.215. Em 31 de dezembro de 2025 o capital social subscrito, no valor de R\$ 1.198, está representado por 2.177.716 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A seguir apresentamos a distribuição das ações ordinárias entre os acionistas:			
	<b>Nível Hierárquico</b>	<b>Valor Contábil 31/12/2025</b>	
<b>Ativos</b>		<b>333.911</b>	
<b>Valor justo através do resultado</b>		<b>333.911</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	2	333.911	
<b>Total Ativos</b>		<b>333.911</b>	
<b>Passivos</b>		<b>308.236</b>	
<b>Passivos pelo custo amortizado</b>		<b>308.236</b>	
Títulos a pagar		308.236	
<b>Total passivos</b>		<b>308.236</b>	
O valor justo dos instrumentos financeiros acima se aproxima do valor contábil.			
b) <b>Risco de liquidez:</b> É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A Companhia possui o montante de R\$ 308.236 na rubrica de títulos a pagar, com previsão de pagamento para março de 2026. c) <b>Risco de taxa de juros:</b> Os resultados da Companhia são suscetíveis a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que potencialmente diminuem as receitas financeiras relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. d) <b>Valor</b>			
<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras</b>			
Aos Acionistas, Administradores e Conselheiros da <b>Fazenda Paladino Empreendimentos Agrícolas S.A.</b> Porto Alegre-RS			
<b>Opinião</b>			
Examinamos as demonstrações financeiras da Fazenda Paladino Empreendimentos Agrícolas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 05 de fevereiro (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 05 de fevereiro (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.			
<b>Base para opinião</b>			
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.			
<b>Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras</b>			
A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações			
financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.			
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.			
<b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras</b>			
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.			
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:			
Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.			
justo: Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, aplicações financeiras de curto prazo, arrendamentos a receber, outras contas a receber, débitos com partes relacionadas e outras contas a pagar, são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.			
<b>15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>			
<b>Política Contábil: Receita de arrendamento:</b> A receita de arrendamento de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de alugueis, pelo período do arrendamento. <b>Receita de parceria rural:</b> O CPC 47 Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem: • A identificação do contrato com o cliente; • A identificação das obrigações de desempenho; • A determinação do preço da transação; • A alocação do preço da transação; e • O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: (i) Venda de produtos: A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre as mercadorias vendidas. (ii) Impostos sobre vendas: Receitas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar foram apresentados juntos com o valor dos impostos sobre venda; • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. <b>Parcerias operacionais (produção agrícola):</b> A Companhia, na qualidade de parceira proprietária, mantém parceria operacional com sua parte relacionada SLC MIT Empreendimentos Agrícolas S.A., responsável pelas atividades de plantio, cultivo e colheita, com posterior entrega dos produtos agrícolas já colhidos e prontos à Companhia. Nos termos contratuais, Companhia faz jus, por ano-safra, a uma participação na produção total da colheita, correspondente a 18,75% da produção da área irrigada e 21% da produção da área de sequeiro, como contraprestação pelo uso da área objeto da parceria. A Companhia reconhece como ativo apenas a parcela da produção que lhe é contratualmente atribuída, no momento da entrega dos produtos, ao valor justo aplicável ao produto agrícola. A receita é reconhecida exclusivamente sobre a parcela da produção pertencente à Companhia, no momento da transferência de controle ao cliente final, em conformidade com as práticas contábeis adotadas. O contrato possui vigência de 18 (dezoito) anos, com início em 30 de dezembro de 2025, referente à safra 2025/26. Considerando que a safra 2025/26 ainda não teve colheita até a data-base das demonstrações financeiras, não houve entrega de produção nem reconhecimento de receitas relacionadas a essa parceria no período. A Companhia estima que as entregas da safra anual serão realizadas entre final de março e início de abril, período em que ocorre a colheita da soja.			
		<b>31/12/2025</b>	
Arrendamento de terras		16.401	
<b>Deduções, impostos e contribuições</b>		<b>(599)</b>	
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>15.802</b>	
<b>16. DESPESA POR NATUREZA</b>			
		<b>31/12/2025</b>	
<b>Despesas por função</b>		<b>(124)</b>	
Custo dos arrendamentos		(124)	
Despesas gerais e administrativas		(1)	
<b>Total</b>		<b>(125)</b>	
<b>Despesas por natureza</b>		<b>(82)</b>	
Depreciação e amortização		(82)	
Matéria prima e materiais		(43)	
<b>Total</b>		<b>(125)</b>	
<b>Conselho de Administração</b>			
Aurélio Pavinato - Presidente Fernando Lopes Furtini - Conselheiro Robson Lazzarotto - Conselheiro Ivo Marcon Brum - Conselheiro Roberto Acauan de Araújo Júnior - Conselheiro José Virgílio Lopes Enel - Conselheiro			
<b>Diretoria</b>			
Gustavo Macedo Lunardi Álvaro Luiz Dilll Gonçalves Ivo Marcon Brum Aurélio Pavinato			
<b>Contador</b>			
Adriana Friguetto Mezzomo - Contadora CRC RS - 059787/O-9			
Porto Alegre/RS, 26 de março de 2026.			
ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP-015199/F Arthur Ramos Arruda Contador CRC RS-096102/O			





**Continuação****Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros assuntos****Auditoria dos valores correspondentes**

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente.

**Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre/RS, 26 de março de 2026.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC SP-015199/F

Arthur Ramos Arruda

Contador CRC RS-096102/O



**Continuação** Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado		Número de Ações	Controladora							
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025		31/12/2025	Fluxo de caixa	até	de 1 a 2	de 2 a 3	de 3 a 4	de 4 a 5	de 5 anos
Terras de cultura	-	-	386.169	386.169	10.000								
Prédios e benfeitorias	-	-	8.876	8.876									
<b>Total</b>	-	-	<b>395.045</b>	<b>395.045</b>									
<b>b) Movimentação do ativo imobilizado</b>													
	Controladora		Consolidado			Controladora							
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025		Valor	Fluxo de caixa	até	de 1 a 2	de 2 a 3	de 3 a 4	de 4 a 5	de 5 anos
<b>Custo do imobilizado bruto</b>	<b>Adições (1)</b>		<b>Saldo em 31/12/2025</b>			<b>31 de dezembro de 2025</b>	<b>contábil</b>	<b>contratual</b>	<b>1 ano</b>	<b>anos</b>	<b>anos</b>	<b>anos</b>	<b>anos</b>
Terras de cultura	-	-	386.169	386.169									
Prédios e benfeitorias	-	-	8.876	8.876									
<b>Total</b>	-	-	<b>395.045</b>	<b>395.045</b>									

(1) Adições realizadas pela controladora adquirida pela Companhia.  
**8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**  
**Política Contábil:** Os empréstimos e financiamentos contratados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, conforme previsto contratualmente acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva, variações cambiais e amortizações apuradas ao final de cada exercício.  
**Composição:** Em 31 de dezembro de 2025, temos a seguinte composição de empréstimos e financiamentos:

	Indexador	Taxas médias anuais de juros	Controladora		Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
Capital de giro	CDI	15,90%	61.071	61.071	61.071	61.071
<b>Total</b>			<b>61.071</b>	<b>61.071</b>	<b>61.071</b>	<b>61.071</b>

Parcela classificada no circulante  
**Capital de Giro** - Linha com a finalidade de suprir a necessidade de caixa, com vencimento em 28/01/2026. Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo apresentam a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
<b>Anos de vencimento</b>				
2026	61.071	61.071	61.071	61.071
<b>Total</b>	<b>61.071</b>	<b>61.071</b>	<b>61.071</b>	<b>61.071</b>

A exposição do Grupo ao risco de liquidez é divulgada na nota explicativa 12.b.  
**9. TÍTULOS A PAGAR**  
 Em 31 de dezembro de 2025, temos a seguinte composição da conta de títulos a pagar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
Compra de terras	-	-	38.242	38.242
<b>Total</b>	-	-	<b>38.242</b>	<b>38.242</b>

Em 31 de dezembro de 2025, os títulos a pagar totalizavam R\$ 38.242, correspondentes a obrigação, de sua controladora, assumida junto ao fornecedor Agrícola Xingu S.A., originada da aquisição de terra transferida à São Desidério S.A. no âmbito da incorporação da parcela cindida da Fazenda Paladino Empreendimentos Ltda., com vencimento em março de 2026.  
**10. RESULTADO FINANCEIRO**  
**Política Contábil:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros, variação cambial de saldos de contas a receber e fornecedores, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variação cambial de saldos de contas a receber e de fornecedores, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ajuste a valor presente dos contratos de arrendamento e ajuste a valor presente do contas a pagar. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.  
**Composição**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
<b>Receitas financeiras</b>				
Receitas de aplicações financeiras	-	-	3	3
<b>Total</b>	-	-	<b>3</b>	<b>3</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros passivos	(71)	(71)	(71)	(71)
AVP - Títulos a pagar	-	-	(537)	(537)
<b>Total</b>	<b>(71)</b>	<b>(71)</b>	<b>(608)</b>	<b>(608)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(71)</b>	<b>(71)</b>	<b>(605)</b>	<b>(605)</b>

**11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
 a) **Capital social:** Em 02 de dezembro de 2025, a Paladino Participações S.A. foi constituída, tendo como sócia a SLC Agrícola S.A., com a integralização do capital social no valor de R\$ 10, correspondentes a 10.000 (dez mil), ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 29 de dezembro, o Fundo de Investimento em Participações Agro III - Multiestratégia Responsabilidade Limitada, realizou aporte de capital, em caixa, no montante de R\$ 301.759, passando a deter 50% do capital social da Companhia. Em função da realização de aportes de capital em valores distintos entre os sócios e da deliberação societária de igualdade de participações, a diferença entre os valores aportados e as respectivas participações atribuídas foi registrada como transação de capital em reserva de capital, no montante de R\$ 301.758. A seguir apresentamos a distribuição das ações ordinárias entre os acionistas:

Relatório do auditor independente nt sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas			
Aos Acionistas, Administradores e Conselheiros da <b>Paladino Participações S.A.</b> , Porto Alegre-RS			
<b>Opinião</b>			
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Paladino Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 02 de dezembro (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de 02 de dezembro (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.			
<b>Base para opinião</b>			
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controladora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.			
<b>Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>			
A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no			

**Acionista**  
 SLC Agrícola S.A.  
 Fundo de Investimento em Participações Agro III - Multiestratégia Responsabilidade Ltda.  
**Total de ações do capital integralizado**  
**19.998**  
**b) Resultado por ação: Política Contábil:** O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade total ações ordinárias disponíveis no fim do exercício, conforme as disposições da Lei 6.404/76 (Lei das S/A).  
**Composição:** A tabela a seguir reconcilia o prejuízo do período com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído:

	31/12/2025
<b>Numerador</b>	
Prejuízo do exercício (a)	(606)
<b>Denominador</b>	
Número de ações ordinárias (b)	19.998
<b>Prejuízo básico por ação ordinária (Em Reais) (a)/(b)</b>	<b>(30,2921)</b>

**12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**  
**Política Contábil:** Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos como custo amortizado. *Custo Amortizado:* Ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Abrangem contas a receber de clientes e outros créditos. *Caixa e equivalentes de caixa:* Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Itens classificados como caixa e equivalentes de caixa são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. *Passivos financeiros não derivativos:* A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de passivos mensurados ao custo amortizado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.  
**Composição:** a) *Classificação dos instrumentos financeiros:* A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e de acordo com a avaliação da Administração, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
<b>Ativos</b>				
<b>Valor justo através do resultado</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	2	886	886	886
<b>Total Ativos</b>		<b>886</b>	<b>886</b>	<b>886</b>
<b>Passivos</b>				
<b>Passivos pelo custo amortizado</b>				
Empréstimos e financiamentos		61.071	61.071	61.071
<b>Total Passivos</b>		<b>61.071</b>	<b>61.071</b>	<b>61.071</b>
O valor justo dos instrumentos financeiros acima se aproxima do valor contábil.				
<b>Nível Hierárquico</b>				

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
<b>Ativos</b>				
<b>Valor justo através do resultado</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	2	3.398	3.398	3.398
<b>Total Ativos</b>		<b>3.398</b>	<b>3.398</b>	<b>3.398</b>
<b>Passivos</b>				
<b>Passivos pelo custo amortizado</b>				
Empréstimos e financiamentos		61.071	61.071	61.071
Títulos a pagar		38.242	38.242	38.242
<b>Total Passivos</b>		<b>99.313</b>	<b>99.313</b>	<b>99.313</b>
O valor justo dos instrumentos financeiros acima se aproxima do valor contábil.				
<b>Nível Hierárquico</b>				

b) **Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A tabela apresenta fluxos de caixa líquidos para derivados de caixa liquidados pela exposição líquida e fluxos de caixa bruto de saída para os derivados que têm liquidação simultânea bruta.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Não derivativos</b>				
Empréstimos e financiamentos	61.071	61.796	61.796	-
<b>Total</b>	<b>61.071</b>	<b>61.796</b>	<b>61.796</b>	<b>-</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Não derivativos</b>				
Empréstimos e financiamentos	61.071	61.796	61.796	-
Títulos a pagar	38.242	38.242	38.242	-
<b>Total</b>	<b>99.313</b>	<b>100.038</b>	<b>100.038</b>	<b>-</b>

	Taxa de Saldo em juros (1)		Queda de 50%		Queda de 25%		Cenário provável		Aumento de 25%		Aumento de 50%	
	31/12/2025	de 50%	31/12/2025	de 25%	31/12/2025	de 25%	31/12/2025	de 25%	31/12/2025	de 25%	31/12/2025	de 50%
<b>Dívidas em Reais</b>												
<b>Taxa Pós-Fixada</b>												
Capital de Giro	107%											
CDI	61.071	(5.081)	(7.356)	(9.631)	(11.906)	(14.181)						
<b>Aplicações Financeiras</b>												
CDB e Compromissada	100,25%											
CDI	885	66	99	132	165	198						

d) **Valor justo:** Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, aplicações financeiras de curto prazo e outras contas a pagar, são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis. e) **Gestão do capital social:** O objetivo principal da administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios da Companhia, mantendo uma política de baixo nível de alavancagem, desta forma protegendo seu capital de oscilações da política econômica do governo, maximizando o valor para o acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas do país. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode adequar a política de pagamento de dividendos aos acionistas. Não houve mudança na política de dividendos, nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Controladora		Consolidado	
31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos	61.071	61.071	61.071
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazos	(886)	(3.398)	(886)
<b>Dívida líquida ajustada</b>	<b>60.185</b>	<b>57.673</b>	<b>57.673</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>299.514</b>	<b>299.514</b>	<b>299.514</b>
<b>Índice de alavancagem financeira</b>	<b>20,09%</b>	<b>19,26%</b>	<b>19,26%</b>

Conselho de Administração	
Aurélio Pavinato - Presidente	
Fernando Lopes Furtini - Conselheiro	
Robson Lazzarotto - Conselheiro	
Ivo Marcon Brum - Conselheiro	
Roberto Acauan de Araújo Júnior - Conselheiro	
José Virgílio Lopes Enei - Conselheiro	
Diretoria	
Ávaro Luis Dilli Gonçalves	
Adriana Friguetto Mezzomo	
Contador	
Adriana Friguetto Mezzomo - Contadora CRC RS - 059787/O-9	

falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controladora. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre/RS, 26 de março de 2026.

ERNST & YOUNG  
 Auditores Independentes S/S Ltda.  
 CRC SP-015199/F  
 Arthur Ramos Arruda  
 Contador CRC RS-096102/O



Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)																							
<b>10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>																							
<b>Política Contábil:</b> Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos como custo amortizado. <i>Custo Amortizado:</i> Ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Abrangem contas a receber de clientes e outros créditos. <i>Caixa e equivalentes de caixa:</i> Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Itens classificados como caixa e equivalentes de caixa são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. <i>Passivos financeiros não derivativos:</i> A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retradas, canceladas ou expiradas. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos																							
na categoria de passivos mensurados ao custo amortizado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.																							
<b>Composição:</b> a) <i>Classificação dos instrumentos financeiros:</i> A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e de acordo com a avaliação da Administração, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada:																							
	<table border="0"> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;"><b>Valor Contábil</b></td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;"><b>31/12/2025</b></td> </tr> <tr> <td style="text-align: right;"><b>Nível Hierárquico</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;"><b>Ativos</b></td> </tr> <tr> <td><b>Valor justo através do resultado</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Caixa e equivalentes de caixa</td> <td style="text-align: right;">2 2.511</td> </tr> <tr> <td><b>Total Ativos</b></td> <td style="text-align: right;"><b>2.511</b></td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;"><b>Passivos</b></td> </tr> <tr> <td><b>Passivos pelo custo amortizado</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Títulos a pagar</td> <td style="text-align: right;">2 38.241</td> </tr> <tr> <td><b>Total Passivos</b></td> <td style="text-align: right;"><b>38.241</b></td> </tr> </table>		<b>Valor Contábil</b>		<b>31/12/2025</b>	<b>Nível Hierárquico</b>			<b>Ativos</b>	<b>Valor justo através do resultado</b>		Caixa e equivalentes de caixa	2 2.511	<b>Total Ativos</b>	<b>2.511</b>		<b>Passivos</b>	<b>Passivos pelo custo amortizado</b>		Títulos a pagar	2 38.241	<b>Total Passivos</b>	<b>38.241</b>
	<b>Valor Contábil</b>																						
	<b>31/12/2025</b>																						
<b>Nível Hierárquico</b>																							
	<b>Ativos</b>																						
<b>Valor justo através do resultado</b>																							
Caixa e equivalentes de caixa	2 2.511																						
<b>Total Ativos</b>	<b>2.511</b>																						
	<b>Passivos</b>																						
<b>Passivos pelo custo amortizado</b>																							
Títulos a pagar	2 38.241																						
<b>Total Passivos</b>	<b>38.241</b>																						
O valor justo dos instrumentos financeiros acima se aproxima do valor contábil.																							
b) <i>Risco de liquidez:</i> É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A Companhia possui o montante de R\$ 38.241 na rubrica de títulos a pagar, com previsão de pagamento para março de 2026. A Controladora da Companhia, garante o cumprimento das obrigações por meio de aportes de recursos na Companhia, a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC). Em 6 de março de 2026 a controladora Paladino Participações S.A. realizou um AFAC no valor de R\$ 59.641.																							
c) <i>Risco de taxa de juros:</i> Os resultados da Companhia são suscetíveis a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que potencialmente diminuem as receitas financeiras relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.																							
d) <i>Valor justo:</i> Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, aplicações financeiras de curto prazo, débitos com partes relacionadas e outras contas a pagar, são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.																							
<b>Conselho de Administração</b>																							
<b>Aurélio Pavinato - Presidente</b> <b>Fernando Lopes Furtini - Conselheiro</b> <b>Robson Lazzarotto - Conselheiro</b> <b>Ivo Marcon Brum - Conselheiro</b> <b>Roberto Acauan de Araújo Júnior - Conselheiro</b> <b>José Virgílio Lopes Enei - Conselheiro</b>																							
<b>Diretoria</b>																							
<b>Álvaro Luís Dilli Gonçalves</b> <b>Adriana Friguetto Mezzomo</b>																							
<b>Contador</b>																							
<b>Adriana Friguetto Mezzomo - Contadora CRC RS - 059787/O-9</b>																							
<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras</b>																							
Aos Acionistas, Administradores e Conselheiros da SLC São Desidério S.A. Porto Alegre-RS	financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.																						
<b>Opinião</b>	Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.																						
Examinamos as demonstrações financeiras da SLC São Desidério S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 02 de dezembro (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.	<b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras</b>																						
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 02 de dezembro (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.	Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.																						
<b>Base para opinião</b>	Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:																						
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.	Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.																						
<b>Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras</b>	Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.																						
	Porto Alegre/RS, 26 de março de 2026.																						
	ERNST & YOUNG																						
	Auditores Independentes S/S Ltda.																						
	CRC SP-015199/F																						
	Arthur Ramos Arruda - Contador CRC RS-096102/O																						



Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)																							
<p><b>Composição:</b> Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia registrou receitas financeiras de R\$ 238,05 (duzentos e trinta e oito reais e cinco centavos), referente aos rendimentos originados de aplicações efetuadas em 29/12/2025, valor não relevante para efeito de apresentação em milhares de reais.</p>																							
<p><b>10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b></p>																							
<p>a) <b>Capital social:</b> Em 25 de novembro de 2025, a SLC Jaborandi S.A. foi constituída, tendo como única sócia a SLC Agrícola S.A., com a integralização do capital social no valor de R\$ 10, correspondentes a 10.000 (dez mil), ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 03 de dezembro de 2025, a Companhia teve seu capital social acrescido em R\$ 50.764, em decorrência de aporte de capital realizado pela SLC Agrícola, mediante integralização de bens e direitos oriundos de cisão parcial da Fazenda Piratini Empreendimentos Agrícolas Ltda., da qual o sócio é titular de 100% de participação societária. A operação integrou processo de reorganização societária, com o objetivo de constituição de sociedades de propósitos específico (SPEs) conforme acordo de associação com Fundos de Investimento em Participações (FIPs) administrados pela BTG Pactual Serviços Financeiras S.A. A transferência patrimonial foi realizada com base em laudo de avaliação independente, elaborado em 3 de novembro de 2025, o qual fundamentou a mensuração dos ativos e passivos cindidos, reconhecidos contabilmente pela Companhia nos valores atribuídos no referido laudo. Os ativos e passivos transferidos à Companhia estão demonstrados no quadro a seguir:</p>																							
	<table border="0"> <tr> <td style="width: 50%;"></td> <td style="width: 50%; text-align: right;"><b>Número de Ações</b></td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;"><b>31/12/2025</b></td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;">149.202.063</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;"><b>149.202.061</b></td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;"><b>298.404.124</b></td> </tr> </table>		<b>Número de Ações</b>		<b>31/12/2025</b>		149.202.063		<b>149.202.061</b>		<b>298.404.124</b>												
	<b>Número de Ações</b>																						
	<b>31/12/2025</b>																						
	149.202.063																						
	<b>149.202.061</b>																						
	<b>298.404.124</b>																						
<p>b) <b>Reserva de capital:</b> A reserva de capital refere-se ao ágio por subscrição de ações, apurado em pela diferença entre os valores efetivamente aportados pelos sócios. O ágio registrado decorre da subscrição de ações a valor superior ao valor nominal, gerando uma diferença positiva entre o montante aportado e o valor correspondente à participação societária integralizada. Essa diferença, não caracterizando receita para a companhia, é registrada diretamente no patrimônio líquido, na conta de Reserva de Capital, conforme previsto nos artigos 182, §1º, e 184 da Lei nº 6.404/76. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresentou o saldo de reserva capital no montante de R\$ 60.830.</p>																							
<p>c) <b>Ajustes de avaliação patrimonial</b></p> <table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%;"></td> <td style="width: 50%; text-align: right;"><b>31/12/2025</b></td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;"><b>(22.678)</b></td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;"><b>(22.678)</b></td> </tr> </table>			<b>31/12/2025</b>		<b>(22.678)</b>		<b>(22.678)</b>																
	<b>31/12/2025</b>																						
	<b>(22.678)</b>																						
	<b>(22.678)</b>																						
<p>Custo atribuído de ativo imobilizado</p> <table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%;"></td> <td style="width: 50%; text-align: right;"><b>31/12/2025</b></td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;"><b>(22.678)</b></td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;"><b>(22.678)</b></td> </tr> </table>			<b>31/12/2025</b>		<b>(22.678)</b>		<b>(22.678)</b>																
	<b>31/12/2025</b>																						
	<b>(22.678)</b>																						
	<b>(22.678)</b>																						
<p><b>11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b></p>																							
<p><b>Política Contábil:</b> Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos como custo amortizado. <i>Custo Amortizado:</i> Ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Abrangem contas a receber de clientes e outros créditos. <i>Caixa e equivalentes de caixa:</i> Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Itens classificados como caixa e equivalentes de caixa são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. <i>Passivos financeiros não derivativos:</i> A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.</p>																							
<table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%;"></td> <td style="width: 50%; text-align: right;"><b>Valor cindido</b></td> </tr> <tr> <td>Caixa e equivalentes de caixa</td> <td style="text-align: right;">500</td> </tr> <tr> <td><b>Ativo não circulante</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Propriedades para investimento</td> <td style="text-align: right;">84.625</td> </tr> <tr> <td><b>Total ativo</b></td> <td style="text-align: right;"><b>85.125</b></td> </tr> <tr> <td><b>Passivo não circulante</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Tributos diferidos</td> <td style="text-align: right;">1.058</td> </tr> <tr> <td><b>Patrimônio líquido</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Capital Social</td> <td style="text-align: right;">50.764</td> </tr> <tr> <td>Ajustes de avaliação patrimonial</td> <td style="text-align: right;">33.303</td> </tr> <tr> <td><b>Total do Passivo</b></td> <td style="text-align: right;"><b>85.125</b></td> </tr> </table>			<b>Valor cindido</b>	Caixa e equivalentes de caixa	500	<b>Ativo não circulante</b>		Propriedades para investimento	84.625	<b>Total ativo</b>	<b>85.125</b>	<b>Passivo não circulante</b>		Tributos diferidos	1.058	<b>Patrimônio líquido</b>		Capital Social	50.764	Ajustes de avaliação patrimonial	33.303	<b>Total do Passivo</b>	<b>85.125</b>
	<b>Valor cindido</b>																						
Caixa e equivalentes de caixa	500																						
<b>Ativo não circulante</b>																							
Propriedades para investimento	84.625																						
<b>Total ativo</b>	<b>85.125</b>																						
<b>Passivo não circulante</b>																							
Tributos diferidos	1.058																						
<b>Patrimônio líquido</b>																							
Capital Social	50.764																						
Ajustes de avaliação patrimonial	33.303																						
<b>Total do Passivo</b>	<b>85.125</b>																						
<p>Em 19 de dezembro de 2025, a SLC Agrícola, sócia detentora de 50%, realizou aporte de capital de bens (itens de irrigação) no valor de R\$ 98.438 os quais foram reconhecidos no ativo imobilizado da Companhia, com base em laudo de avaliação independente. Em 29 de dezembro de 2025, o Fundo de Investimento em Participações Agro I - Multiestratégia Responsabilidade Limitada, realizou aporte de capital, em caixa, no montante de R\$ 75.750, passando a deter 50% do capital social da Companhia. Em função da realização de aportes de capital em valores distintos entre os sócios e da deliberação societária de igualdade de participações, a diferença entre os valores aportados e as respectivas participações atribuídas foi registrada como transação de capital em reserva de capital, no montante de R\$ 60.830. Em 31 de dezembro de 2025 o capital social subscrito, no valor de R\$ 164.132, está representado por 298.404.124 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A seguir apresentamos a distribuição das ações ordinárias entre os acionistas:</p>																							
<p><b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras</b></p>																							
<p>Aos Acionistas, Administradores e Conselheiros da <b>SLC Jaborandi S.A.</b> Porto Alegre-RS</p> <p><b>Opinião</b></p> <p>Examinamos as demonstrações financeiras da SLC Jaborandi S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 25 de novembro (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.</p> <p>Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 25 de novembro (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p><b>Base para opinião</b></p> <p>Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p><b>Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras</b></p> <p>A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações</p>	<p>financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.</p> <p>Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.</p> <p><b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras</b></p> <p>Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.</p> <p>Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.</li> </ul>	<p>A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de passivos mensurados ao custo amortizado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.</p> <p><b>Composição:</b> a) <b>Classificação dos instrumentos financeiros:</b> A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e de acordo com a avaliação da Administração, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada:</p> <table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%;"></td> <td style="width: 50%; text-align: right;"><b>Valor Contábil</b></td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;"><b>31/12/2025</b></td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;">2</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;"><b>2.009</b></td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;"><b>2.009</b></td> </tr> </table> <p>O valor justo dos instrumentos financeiros acima se aproxima do valor contábil. b) <b>Risco de liquidez:</b> É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. c) <b>Risco de taxa de juros:</b> Os resultados da Companhia são suscetíveis a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que potencialmente diminuam as receitas financeiras relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. d) <b>Valor justo:</b> Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, outros créditos, são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.</p>		<b>Valor Contábil</b>		<b>31/12/2025</b>		2		<b>2.009</b>		<b>2.009</b>											
	<b>Valor Contábil</b>																						
	<b>31/12/2025</b>																						
	2																						
	<b>2.009</b>																						
	<b>2.009</b>																						
<p><b>Conselho de Administração</b></p>																							
<p><b>Aurélio Pavinato - Presidente</b> <b>Fernando Lopes Furtini - Conselheiro</b> <b>Robson Lazzarotto - Conselheiro</b> <b>Ivo Marcon Brum - Conselheiro</b> <b>Roberto Acauan de Araújo Júnior - Conselheiro</b> <b>José Virgílio Lopes Enai - Conselheiro</b></p>																							
<p><b>Diretoria</b></p>																							
<p><b>Leonardo Matheus de Celini</b> <b>André Lemos Vasconcellos</b></p>																							
<p><b>Contador</b></p>																							
<p><b>Adriana Friguetto Mezzomo - Contadora CRC RS - 059787/O-9</b></p>																							
<p>Porto Alegre/RS, 26 de março de 2026.</p>																							
<p>ERNST &amp; YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP-015199/F Arthur Ramos Arruda Contador CRC RS-096102/O</p>																							



»»» Continuação Rodoil Distribuidora de Combustíveis S.A. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de Reais

4. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

(i) Conflito geopolítico: Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e continua envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições à exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. A Administração da Companhia vem acompanhando, nos últimos anos, os desdobramentos e eventuais impactos em suas operações. (ii) Imposição de tarifas de 50% sobre exportações brasileiras aos EUA: Em 9 de julho de 2025, o Governo dos Estados Unidos da América (EUA) anunciou a imposição de uma tarifa de 50% sobre exportações brasileiras para os EUA, com vigência a partir de 1º de agosto de 2025 de setores como agronegócio, papel e celulose, siderurgia, aeronáutica e calçados. A medida gerou preocupação de autoridade impactar imediatamente nas empresas exportadoras, com variação de preços, maior volatilidade cambial e queda nos pedidos. Neste momento, não há impacto nos segmentos do Grupo, mas a Administração da Companhia vem monitorando a situação, para minimizar possíveis impactos. (iii) Mudanças climáticas: As questões climáticas estão diretamente ligadas a estratégia de negócios da Companhia, sendo importantes direcionadores para a tomada decisão. A Administração monitora, sistematicamente, o plano de negócios, onde a Companhia tem iniciativas relacionadas ao tema das mudanças climáticas, como, por exemplo, redução de emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa) e a aquisição de CBO para atendimento ao programa RenovaBio. (iv) Reforma Tributária sobre o consumo: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar ("PLP") 68/2024, convertido na Lei Complementar 214/2025. Já em janeiro de 2026 foi concluída a aprovação do segundo projeto de regulamentação da Reforma Tributária, PLP 108/2024, convertido na Lei Complementar 227/2026. Desde o final de 2025, inúmeras instruções e orientações advindas da Receita Federal e Comitê Gestor do IBS vem sendo divulgadas acerca da operacionalização do novo sistema. Apesar disso, ainda restam diversos pontos que ainda carecem de orientação e direcionamento para que as empresas possam melhor avaliar os impactos da Reforma como um todo em suas operações a partir de 2027. Diante deste cenário, ainda carente de diretrizes por parte dos órgãos regulamentadores, eventuais impactos ainda não puderam ser totalmente dimensionados, motivo pelo qual não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

5. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos resultados contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: (i) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa é uma estimativa ponderada pela probabilidade de perdas de crédito. O Grupo aplica julgamento para estabelecer as premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico do Grupo (Nota Explicativa nº 9). (ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Os ativos de impostos diferidos incluem um saldo de R\$ 8.010. O Grupo entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios aprovados (Nota Explicativa nº 31). (iii) Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso: Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (impairment) no ágio, de acordo com a política contábil. Os valores recuperáveis foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções aprovadas pela Administração (Notas Explicativas nº 15 e 17).

6. Principais políticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor (Nota Explicativa nº 8). b. Instrumentos financeiros - Reconhecimento e mensuração: Os ativos e passivos financeiros são mensurados nas categorias de custo amortizado ou valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado, são reconhecidos, inicialmente, pelo preço de transação, sendo normalmente o valor justo do instrumento financeiro. Se determinar que o valor justo no reconhecimento inicial se difere do preço da transação, for comprovado por preço cotado em mercado ativo ou passivo idêntico (Nível 1), a entidade deve reconhecer a diferença entre valor justo inicial e o preço da transação como ganho ou perda. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, são contabilizados usando o método da taxa de juros efetivos, amortizando quaisquer taxas incluídas no cálculo da taxa de juros efetiva ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. Os investimentos em instrumentos patrimoniais e contratos relativos a esses instrumentos devem ser reconhecidos pelo valor justo. Contudo, em circunstâncias limitadas, o custo pode ser uma estimativa apropriada do valor justo, caso não houver informações suficientes mais recentes disponíveis para mensurar o valor justo. O valor justo dos investimentos com cotação pública se baseia nos preços atuais de mercado. Para os ativos financeiros sem mercado ativo, o valor justo é estabelecido por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem a comparação com operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções (Nota Explicativa nº 7). c. Clientes: As contas a receber de clientes são compostas por valores a receber de clientes do mercado nacional e são registradas pelo valor faturado, líquido das estimativas de não recebimento e outros efeitos financeiros, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, estão classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas perdas estimadas pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência (Nota Explicativa nº 9). d. Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o de custo médio de aquisição. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda (Nota Explicativa nº 10). e. Depósitos judiciais: Estão classificadas na conta de depósitos judiciais os depósitos feitos em juízo relativo a reclamatórias civis, trabalhistas e tributárias. Os depósitos estão avaliados ao seu valor líquido de realização (Nota Explicativa nº 23). f. Investimentos: A Companhia possui a participação de 100% na Tower Brasil Petróleo Ltda., que tem como atividade principal a distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo e biocombustíveis, obtendo, assim, o controle total. A Tower, por sua vez, possui controle integral da Web Participações S/A, holding constituída em 2005, porém sem qualquer movimentação nos últimos anos. Em 1º de março de 2025, a Companhia concluiu as aquisições de 100% da Ravato Distribuidora de Combustíveis Ltda. e de 100% da Cargopetro Transportes Ltda., obtendo, assim, o controle total das adquiridas. Em 2019, foi iniciada a constituição da empresa RDL Trading Comercial Importadora e Exportadora de Combustíveis Ltda., a qual a Companhia possui 100% de participação. No primeiro semestre de 2025, a Rodoil integralizou o capital social, mas a RDL ainda não teve operações de importação e exportação. A expectativa é de que essas movimentações ocorram em 2026. Controladas são as entidades na qual a controladora, diretamente ou por meio de outra controlada, tem poder para assegurar, de forma permanente, preponderância em suas deliberações sociais e de eleger a maioria de seus administradores. A Companhia possui ainda participação de 13,46% na UNIBRASPE - Brasileira de Petróleo S.A., que tem como atividade principal a armazenagem de combustíveis, e é considerada uma Coligada. Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle. O investimento em coligada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e é reconhecido pelo seu valor de custo (Nota Explicativa nº 15). A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas controladas e de sua coligada é reconhecida na demonstração do resultado. Quando a participação da Companhia nas perdas da coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido

16. Imobilizado

A composição do imobilizado é a seguinte:

Table with 2 main sections: 'Controladora' and 'Consolidado'. Each section has columns for 'Equipamentos de Comunicação', 'Equipamentos de Informática', 'Equipamentos de Segurança', 'Imóveis Terreno', 'Instalações', 'Máquinas e Equipamentos', 'Móveis e Utensílios', 'Prédios e Benefícios', 'Veículos', 'Máquinas e Equipamentos em Comodato', 'Imobilizado em Andamento', 'Imagem', 'Bombas e Tanques', 'Benefícios Imóveis Terceiros', and 'Total'. Rows include 'Taxas anuais de depreciação - %', 'Saldo em 01 de janeiro de 2024', 'Adições', 'Baixas', 'Transferências', 'Depreciação', 'Saldo em 31 de dezembro de 2024', and 'Saldo em 31 de dezembro de 2025'.

Continua >>>

em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada. Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e sua Controlada ou Coligada são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. Se a participação societária na Controlada ou Coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado. A Companhia participa, ainda, na UNIAERO - Cooperativa dos Usuários de Aeronaves em Regime de Propriedade Compartilhada, este investimento é avaliado pelo custo pelo fato de a Companhia não possuir influência significativa sobre a UNIAERO, considerando a mesma, como um instrumento financeiro. g. Imobilizado: Os móveis, utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo de aquisição, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear no resultado, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada ano quando da elaboração do balanço patrimonial, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente (Nota Explicativa nº 16). Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, e são reconhecidos no resultado. h. Intangível: Representado por ativos intangíveis adquiridos separadamente, os quais são registrados ao custo de aquisição e deduzido das respectivas amortizações calculadas pelo método linear, quando aplicável. Os contratos de direito de exploração, com prazos mencionados em contratos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados, que levam em consideração sua vida útil, que é revisada anualmente. A amortização é reconhecida no resultado (Nota Explicativa nº 17). i. Impairment de ativos não financeiros: Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos a amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. j. Valor recuperável de ativos não financeiros: Foi efetuada análise sobre a capacidade de recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, com o objetivo de verificar a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. k. Imposto de renda e contribuição social: A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos (Nota Explicativa nº 30). l. Tributos correntes: Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. A provisão para imposto de renda é calculada e contabilizada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável e adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A contribuição social é calculada e contabilizada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ambos ajustados conforme normas fiscais estabelecidas para as empresas cuja apuração tem como base o Lucro Real. Tributos diferidos: O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias existentes no final de cada período. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os créditos tributários sobre o prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis futuros, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizados pela Administração. m. Benefícios a empregados: Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social - INSS, férias e 13º salário), benefícios tais como plano de saúde, vale refeição, vale alimentação, programa de participação nos lucros ou resultados entre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos. n. Outros ativos e passivos: Outros ativos são reconhecidos somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que ocorra, nos próximos 12 meses, sua realização ou liquidação. Caso contrário, ou quando requerido por pronunciamento específico, são demonstrados como não circulantes. n. Contas a pagar aos fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros (Nota Explicativa nº 18). o. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros (Nota Explicativa nº 20). p. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge: Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor de referência na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (hedge accounting). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item/objeto que está sendo protegido por hedge. A Companhia adota a contabilidade de hedge (hedge accounting) e designa certos derivativos como: • hedge do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (hedge de valor justo); • hedge de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (hedge de fluxo de caixa); ou • hedge de um investimento líquido em uma operação no exterior (hedge de investimento líquido). A movimentação no valor de hedge, classificada na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido, está demonstrada na Nota Explicativa nº 20. q. Capital social: As ações ordinárias e as preferências são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos (Nota Explicativa nº 25). r. Reconhecimento da receita: As receitas do Grupo são reconhecidas com base nas normas estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 47, à medida que a entidade satisfazer à obrigação de desempenho e realizar a transferência de controle dos produtos vendidos. O Grupo considera que cumpre as obrigações de desempenho no momento que a entrega física dos ativos, transferindo o controle para o cliente. A receita de vendas é apresentada líquida de impostos, devoluções e descontos. A receita de prestação de serviços de armazenagem é reconhecida em função da prestação do serviço ou de acordo com as cláusulas contratuais. s. Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/perdas líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros cujo custo amortizado, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas). t. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas: As provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas

são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que a sua não existência, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os valores são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (Nota Explicativa nº 23). u. Arredondamento de valores: Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

7. Instrumentos financeiros por categoria

Table with columns: Ativos financeiros, Passivos financeiros, and Consolidado. Sub-columns for 2025 and 2024. Rows include 'Ativos ao custo amortizado', 'Caixa e equivalentes de caixa', 'Aplicações financeiras', 'Clientes e outros créditos', 'Passivos ao custo amortizado', 'Fornecedores', 'Outras obrigações, excluindo obrigações legais', 'Empréstimos', 'Passivos de arrendamentos', 'Derivativos', and 'Ao valor justo usados para hedge'.

8. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

São considerados caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, os saldos das contas de caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras compreendem:

Table with columns: Consolidado, 2025, 2024. Rows include 'Bancos', 'Aplicações Financeiras de Curto Prazo', 'Total Caixa e Equivalentes de Caixa', 'Aplicações Financeiras de Longo Prazo', 'Total Aplicações Financeiras', and 'Total Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras'.

9. Clientes

A composição dos saldos a receber de clientes é demonstrada a seguir:

Table with columns: Consolidado, 2025, 2024. Rows include 'Clientes Nacionais', 'Provisão p/Créditos de Liquidação Duvidosa', 'Ajuste a Valor Presente', 'Total de Clientes', 'Circulante', and 'Não Circulante'.

10. Estoques

Os estoques são compostos de combustíveis para revenda, como gasolina, diesel, etanol, óleo combustível, e insumos que são produtos que fazem parte da composição final dos combustíveis. Abaixo, a demonstração dos estoques:

Table with columns: Consolidado, 2025, 2024. Rows include 'Combustíveis para Revenda e Insumos', 'Combustíveis p/Revenda e Insumos em Trânsito', and 'Total'.

11. Adiantamentos

O saldo da conta Adiantamentos é apresentado da seguinte forma:

Table with columns: Consolidado, 2025, 2024. Rows include 'Adiantamentos a Fornecedores', 'Adiantamentos de Viagem', 'Adiantamentos a Funcionários', and 'Total de Adiantamentos'.

12. Impostos a recuperar

O saldo de Impostos a Recuperar é composto, substancialmente, por créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), do Programa de Integração Social (PIS) e demais tributos retidos na fonte. Este saldo é composto pelos seguintes valores:

Table with columns: Consolidado, 2025, 2024. Rows include 'ICMS', 'PIS/COFINS', 'IRRF/IRPJ/CSLL/INSS', 'Total Circulante', 'ICMS', 'PIS/COFINS', 'Total Não Circulante', and 'Total de Impostos a Recuperar'.

13. Outros créditos

A composição do saldo de Outros Créditos é a seguinte:

Table with columns: Consolidado, 2025, 2024. Rows include 'Conta Gráfica Incorporação Megapetro', 'Dividendos a Receber - Unibraspe', 'Aluguéis a Receber', 'Despesas a Apropriar', 'Reembolso ICMS ref. LC 194', 'Venda de Exploração', 'Direito de Imobilizado', 'Licença de Uso da Marca "Rodoil"', 'Outras Contas a Receber', 'Outros Créditos', 'Total de Outros Créditos', 'Circulante', and 'Não Circulante'.

14. Contratos com clientes

A movimentação de Contratos com Clientes é apresentada da seguinte forma:

Table with columns: Consolidado, 2025, 2024. Rows include 'Saldo Inicial', 'Adições', 'Baixas', 'Amortizações', and 'Saldo Final'.

15. Investimentos

Em março de 2025, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das cotas da Ravato Distribuidora de Combustíveis Ltda., terceira maior empresa de distribuição de óleo combustível do país e, também, de 100% da Cargopetro Transportes Ltda., especializada em logística, reforçando ainda mais a capacidade da Rodoil em atender mercados diversificados e exigentes. A Companhia possui participação de 13,46% (mesmo percentual em 2024) na UNIBRASPE - Brasileira de Petróleo S.A., que tem como atividade principal a armazenagem de combustíveis. Esse investimento está avaliado pelo método da equivalência patrimonial. Em 2019, foi iniciada a constituição da empresa RDL Trading Comercial Importadora e Exportadora de Combustíveis Ltda., a qual a Companhia possui 100% de participação. No primeiro semestre de 2025, a Rodoil integralizou o capital social, mas a RDL ainda não teve operações de importação e exportação. A expectativa é de que essas movimentações ocorram em 2026.



»»» Continuação		RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	
<p>Aos Administradores e Acionistas</p> <p><b>Rodoil Distribuidora de Combustíveis S.A.</b></p> <p><b>Opinião:</b> Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Rodoil Distribuidora de Combustíveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB).</p> <p><b>Base para opinião:</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p><b>Principais Assuntos de Auditoria</b></p> <p>Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.</p>		<p><b>Porque é um PAA</b></p> <p><b>Reconhecimento de receitas (Nota 6(r) e Nota 26):</b> As receitas da Companhia são oriundas da distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível, biodiesel, mistura óleo diesel/biodiesel especificada ou autorizada pela ANP e outros combustíveis automotivos, bem como o transporte e comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP). No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu receitas operacionais no montante de R\$ 7.700.080 (R\$ 8.572.433 no consolidado). Devido à relevância do assunto, entendemos que o processo de reconhecimento de receitas de vendas de produtos e mercadorias da companhia é um dos principais assuntos de nossa auditoria.</p> <p><b>Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:</b> A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.</p> <p><b>Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:</b> A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.</p> <p><b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada</p>	<p><b>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</b></p> <p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação sobre o processo e adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas para o reconhecimento de receita. Adicionalmente, efetuamos análise de reconciliação dos relatórios de faturamento para o período de janeiro a dezembro de 2025 com o saldo contábil de receita reconhecida nas demonstrações financeiras. Também realizamos testes documentais, em base amostral sobre a existência de receita e se o momento do reconhecimento está no exercício social correto. Avaliamos a apresentação dos saldos nas demonstrações financeiras e as divulgações incluídas nas notas explicativas. Como resultado da aplicação dos nossos procedimentos, consideramos que as políticas contábeis adotadas pela administração estão consistentes com as informações divulgadas nas notas explicativas.</p> <p>por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.</p> <p>Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Porto Alegre, 31 de março de 2026.</p>
			<p>PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes Ltda.                  CRC 2SP000160/O-5                  Rafael Biedermann Mariante                  Contador CRC 1SP24337/O-0</p>







Companhia Aberta
C.N.P.J.: 91.333.666/0001-17
NIRE 43.300.005.003



A Companhia em 28 de abril de 2025 iniciou o processo de realocação fabril de sua planta na cidade de Sapucaia do Sul – RS. A desmontagem de todos os equipamentos industriais foi concluída no final de janeiro de 2026. Durante o exercício de 2025 a Companhia procurou concentrar-se nas negociações envolvendo seus passivos tributários. Foram negociados os passivos federais, estaduais e municipais. Durante o corrente ano a Companhia pretende remontar suas linhas de produção para dar continuidade à produção de implementos rodoviários e equipamentos de refrigeração. A Diretoria

Relatório da Administração

Table with columns: ATIVO, Notas, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows include Circulante, Não Circulante, and Total do Ativo.

Table with columns: PASSIVO, Notas, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows include Circulante, Não Circulante, and Total do Passivo.

Table: Demonstração de Resultado dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Columns: Descrição, Notas, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows: Receita Líquida, Lucro Bruto, Resultado Líquido do Exercício.

Table: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Individual e Consolidado dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Columns: Saldos em 31 de dezembro de 2023, 2024, 2025, 2024, 2025, 2024.

Table: Demonstração de Resultado Abrangente dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Columns: Descrição, 2025, 2024, 2025, 2024.

Table: Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Columns: Descrição, 2025, 2024, 2025, 2024.

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL: Informações sobre a Companhia: Informações sobre a Companhia: A Recrusul S/A (S/B Brasil; RCL3, RCL4) é uma holding operacional de negócios industriais no segmento de implementos rodoviários, refrigeração de transportes/industrial e fabricação e montagem de tratores situada na cidade de Porto Alegre – RS.

Operação de Alienação Imobiliária: Na data de 03 de setembro de 2017 foi deferido a alienação do ativo imobiliário da Companhia na cidade de Sapucaia do Sul – RS, passando de proprietário do parque fabril para locatário do bem industrial. Os recursos oriundos desta alienação totalizaram R\$ 17.000, naquela data, e serviram para amortizar parcialmente os valores devidos no âmbito da novação de dívidas, de janeiro de 2016, de credores trabalhistas e quirografários. Através da venda direta foi elaborado instrumento de compra e venda que regulou tanto a alienação do imóvel à autora como a relação locatícia da requerente com esta, a partir da daquela data. No referido instrumento, resumo pactado que a Recrusul S/A, na qualidade de locatária, ocupa o imóvel pelo período mínimo de 80 (oitenta) meses, contados da data da homologação do contrato ocorrida em 03/09/2017. Após diversas negociações, a Companhia conseguiu alargar o prazo de permanência no imóvel até 28/04/2025, iniciando, a partir desta data, a realocação fabril informada nos FATOS RELEVANTES do dia 13/12/2024 e no próprio dia 28/04/2025. Realocação Fabril: Em continuidade ao processo de alienação imobiliária, a Companhia em 28/04/2025, iniciou a realocação fabril de sua planta industrial da cidade de Sapucaia do Sul – RS para a cidade de Porto Alegre – RS no endereço situado na Avenida das Indústrias 972 Bairro Anchieta CEP 90.200-290. Em virtude da transferência de equipamentos pesados e implantação de novo layout fabril, a Companhia poderá ter impactos em seu volume de produção. Em função da mudança de endereço da sede social, a Companhia convocará AGE – Assembleia Geral Extraordinária para atualizar o novo endereço em seu Estatuto Social. Aspectos e Continuidade Operacional: A Companhia havia apresentado hiato de vendas, faturamento e produção nos anos de 2016 e 2017 em função da forte crise que assolou o setor de implementos rodoviários naquela época. Entretanto, já no ano de 2018 voltou a apresentar normalidade de suas operações, conforme noticiado em FATO RELEVANTE de 02/05/2018. A Companhia nos últimos anos lançou diversos implementos rodoviários da linha graneleira, carga seca, basculante e baú lonado tipo sider na versão três eixos, quatro eixos e rodo-trens além de manter sua carteira da linha de tanques inox e carbono, tanto para produtos de origem vegetal quanto para produtos perigosos. Com o processo de realocação fabril, neste momento, a Companhia estará voltada a estruturar sua nova linha de tanques, primordialmente, inox e, possivelmente, a linha graneleira e carga seca. Ao mesmo tempo, estamos avaliando outras possibilidades de produção, em novos locais e, que possam ser economicamente viáveis. Acreditamos que o processo de realocação fabril com a transferência de todo o maquinário bem como definição e implantação de novo layout com novos processos de produção focando no conceito montadora de implementos rodoviários, adquirindo peças e componentes de terceiros, facilitará e agilizará a produção em nossa nova planta fabril. Em função destas atividades, a Companhia poderá ter impacto em seu faturamento nos próximos trimestres. Adicionalmente, os acionistas controladores continuarão aportando recursos necessários para fazer frente às despesas e pagamentos correntes enquanto não houver faturamento compatível com a necessidade de geração de caixa, mantendo a continuidade operacional da Companhia. Plano de ação 2026 em diante: A Companhia finalizou no mês de janeiro de 2026 a retirada total das máquinas, equipamentos e dispositivos de sua fábrica na cidade de Sapucaia do Sul – RS. A administração, durante este período em que a produção está paralisada, procurou projetar o novo layout da nova planta industrial à espera, principalmente, de gabaritos para instalar eficientemente sua nova linha de produção. A Companhia já teve, anteriormente, hiatos de produção entre 2005 e 2006 e entre 2016 e 2017 e em ambas as situações retornou à sua produção e faturamento chegando, inclusive, em R\$ 92 milhões no ano de 2022. Neste sentido a Companhia está buscando alternativas de localização física de sua planta industrial não necessariamente na cidade de Porto Alegre – RS, local atual de sua sede social. A administração acredita que durante o segundo/terceiro trimestre de 2026 já terá instalado boa parte de sua estrutura fabril. Durante este período em que a Companhia não possui faturamento regular da venda de produtos, os acionistas controladores permanecerão aportando os recursos necessários para a manutenção da estrutura de retaguarda e back office e continuarão fazendo até que a Companhia volte a operar normalmente, além de não realizarem a cobrança dos valores a receber enquanto a companhia não tiver recursos suficientes para liquidação. Caso haja finalização da remontagem industrial no segundo trimestre de 2026, a tendência é que a produção comece a se normalizar no segundo semestre de 2026. NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações. NOTA 03 - RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS ADOTADAS: 3.1 Consolidação das Demonstrações Financeiras: a) Demonstrações Financeiras Individuais: Nas informações individuais, os efeitos das Demonstrações são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. b) Demonstrações Financeiras Consolidadas: Nas demonstrações consolidadas foram incluídas as seguintes empresas: Refrima S/A / Refisa S/A / Recrusul Turismo Ltda. e MaxiBrasil Indústria de Tratores Ltda. As Demonstrações Financeiras Consolidadas abrangem as informações financeiras da Companhia e das sociedades controladas indicadas na nota explicativa nº 02, e foram elaboradas de acordo com a NBC Tg 36 CPC36R3 – Demonstrações Consolidadas, em conformidade com os seguintes aspectos: • A Companhia e suas sociedades controladas adotam práticas contábeis uniformes para registro de suas operações e avaliação de elementos patrimoniais. • Os saldos de operações entre as empresas consolidadas estão devidamente eliminados, bem como as participações recíprocas, e estão excluídos do patrimônio líquido e da participação dos acionistas controladores. • A participação de acionistas não controladores, estão classificadas no patrimônio líquido na apresentação das Demonstrações financeiras consolidadas. 3.2 Estimativas Contábeis: As informações financeiras da Companhia e de suas controladas foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas operações. A preparação de informações financeiras de acordo com as práticas contábeis requer da Administração um maior grau de julgamento e uso de estimativas que podem afetar os valores apresentados. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem (a) perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa; (b) vida útil, impairment, e valor residual de ativos imobilizados e intangíveis; (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes os estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e as premissas, pelo menos, trimestralmente. 3.3 Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Financeira: A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real. 3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa: O caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários que podem ser convertíveis em um montante conhecido de caixa. 3.5 Clientes: As contas a receber de clientes estão demonstradas pelo seu valor líquido de realização, inclusive no que tange aos créditos Incobráveis que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício como perdas. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa foram constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência. 3.6 Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo médio de realização ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. 3.7 Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes: Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. 3.8 Imobilizado: A Companhia estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. 3.9 Intangível: Os valores relativos a desenvolvimento de projetos que são diretamente ligados a produção de nossos produtos e softwares foram classificados como ativos intangíveis. 3.10 Passivo Circulante e Não Circulante: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. 3.11 Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança. 3.12

Table: Demonstração do Valor Adicionado dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Columns: Descrição, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows: Receitas, Insumos Adquiridos de Terceiros, Valor Adicionado Bruto, Valor Adicionado Líquido Produzido, Valor Adicionado Recobido em Transferência.

Continua



# PUBLICIDADE LEGAL

**cpfl rge** **RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.**  
 CNPJ: nº 02.016.440/0001-62 - NIRE: 43.300.036.146 ("CPFL RGE/Companhia")  
**Ata da 01/2026 Reunião do Conselho de Administração**

**Data, Hora e Local:** Em 03/02/2026, às 16h00 na Av. São Borja, 2.801, Fazenda São Borja, CEP 93032-525, São Leopoldo/RS. **Convocação:** Convocada extraordinariamente, nos termos do Estatuto Social. **Presenças:** Participaram a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Luis Henrique Ferreira Pinto. Secretária: Thais de Arruda Leite Ribeiro. **Assuntos Tratados:** Com base nos documentos e apresentações realizadas, foram tratados os assuntos, conforme segue:

**(1) Matérias Deliberativas: Os membros, por unanimidade, resolveram:** **(1.1) Eleger** para compor a Diretoria Executiva da Companhia, Sr. **Cheng Chen**, chinês, casado, engenheiro, RNM B107772-2, CPF 024.918.588-19, residente e domiciliado em Campinas/SP, com endereço comercial na Av. São Borja, 2.801, Fazenda São Borja, CEP 93032-525, São Leopoldo/RS, para ocupar o cargo de **Diretor Executivo**. O Diretor ora eleito cumprirá o mandato remanescente, a partir da presente data até a primeira Reunião Ordinária do Conselho de Administração que ocorrer logo após a AGO que será realizada em 2027. O membro da Diretoria Executiva ora eleito tomará posse mediante assinatura do Termo de Posse no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia, no qual consta a declaração de desimpedimento, nos termos do artigo 147, §1º, da LSA e nos termos da Instrução CVM nº 80.

**(1.2) Consignar** a atual composição da Diretoria Executiva da Companhia, conforme segue: **(1.2.1) Sr. Ricardo Dalan Vargas**, brasileiro, casado, administrador, RG 804.607.630-91, CPF 804.607.630-91, como **Diretor Presidente**; **(1.2.2) Sr. Flávio Henrique Ribeiro**, brasileiro, divorciado, administrador, RG 30.696.528-8, CPF 276.489.428-79, como **Diretor Administrativo**; **(1.2.3) Sr. Li Zhang**, chinês, casado, especialista em tecnologia da automação, RNM G363420-0, CPF 239.777.658-84, como **Diretor Executivo**; **(1.2.4) Sr. Jairo Eduardo De Barros Alvares**, brasileiro, casado, economista, RG 70.570.505-56, CPF 804.794.720-68, como **Diretor de Assuntos Regulatórios**; **(1.2.5) Sr. Rolands Saretta Menezes**, brasileiro, casado, Engenheiro Eletricista, RG 21607157, CPF 282.862.578-80, como **Diretor de Operações**; **(1.2.6) Sr. Gustavo Kodama Uemura**, brasileiro, divorciado, engenheiro, RG 18314974-9, 173.604.938-03, como **Diretor Comercial**; **(1.2.7) Sra. Kedi Wang**, chinesa, casada, contadora, RNM B188059-6, CPF 050.180.008-56, como **Diretora Financeira e de Relações com Investidores**; e **(1.2.8) Sr. Cheng Chen**, já qualificado acima, como **Diretor Executivo**. Todos com endereço comercial na Av. São Borja, 2.801, Fazenda São Borja, CEP 93032-525, São Leopoldo/RS. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, da qual se lavrou a presente ata. A ata foi lida, aprovada por todos os membros presentes e assinada eletronicamente pelo Presidente e/ou Secretária, sendo cópia fiel da ata lavrada em livro próprio, com a supressão de informações estratégicas e/ou confidenciais para registro e publicação. Para efeitos legais, a versão em português deverá prevalecer. **Luis Henrique Ferreira Pinto** - Presidente; **Thais de Arruda Leite Ribeiro** - Secretária. **Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul** - Certifico registro sob o nº 11662707 em 16/03/2026 da Empresa RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., CNPJ 02016440000162 e Protocolo 260933317 - 05/03/2026. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

CONTEÚDO, ANÁLISES E PODCASTS.

**TUDO AO SEU ALCANCE,  
NO SEU TEMPO.**

Baixe o App e conecte-se  
à informação com apenas um clique!



**Jornal do Comércio**  
O jornal de economia e negócios do RS

# PUBLICIDADE LEGAL

**Moinhos Galópolis S.A.**  
 CNPJ/MF 88.614.557/0001-63 - NIRE 43 3 0001265 4  
 Sede: Rodovia BR 116, nº 878, Bairro Galópolis  
 CEP 95090-050 - Caxias do Sul (RS)

**Convocação** - Convidamos os senhores acionistas para se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária**, a realizar-se no dia **quinze (15) de abril (04) do ano de dois mil e vinte e seis (2026)**, na sede social, às quatorze (14) horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia**: I - apreciar, discutir e votar as matérias relativas ao art. 132 da Lei 6404/76, como sendo: a) aprovar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em **31.12.2025**; b) aprovar a destinação do resultado do exercício; c) ratificar a distribuição de lucros lançada à conta de Reserva de Retenção de Lucros; e d) confirmar a gestão dos membros da Diretoria e sua remuneração; e II - outros assuntos de interesse social. Caxias do Sul (RS), 31 de março de 2026. (ass) *Cláudio Luiz Furlan - Diretor Presidente.*

## Jornal do Comércio

**O CONTEÚDO QUE  
 FAZ A DIFERENÇA  
 NO SEU DIA A DIA**



Escaneie o  
**QRCode** e  
 acesse o  
 canal  
 do JC



# PUBLICIDADE LEGAL

**Digeclan Participações Ltda.**  
 CNPJ/MF 05.557.575/0001-23 - NIRE 43 3 0006495 6  
 Sede: Rodovia BR 116, nº 878, sala "A",  
 Bairro Galópolis, CEP 95090-050, Caxias do Sul (RS)  
**Convocação** - Convidamos os senhores sócios para se reunirem em **Reunião Ordinária** a realizar-se no **dia 15 de abril de 2026, às 16:00 horas**, na sede social da sociedade, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia**:  
**1** - apreciar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025;  
**2** - aprovar a destinação dos lucros auferidos em referido exercício social; **3** - ratificar as destinações da Reunião de Sócios realizada em 22.12.2025; e **4** - outros assuntos de interesse social. Caxias do Sul (RS), 31 de março de 2025.  
 (ass) *Cláudio Luiz Furlan e Diniz Furlan - Diretores.*

CONTEÚDO, ANÁLISES E PODCASTS.



**TUDO AO SEU ALCANCE,  
 NO SEU TEMPO.**

Baixe o App e conecte-se  
 à informação com apenas um clique!



**Jornal do Comércio**  
 O jornal de economia e negócios do RS

# PUBLICIDADE LEGAL

**SINDICATO DOS CONDUTORES DE AMBULÂNCIA DO RIO GRANDE DO SUL**  
 CNPJ sob o nº 22.053.197/0001-60 e  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO – CATEGORIA SINDIHOSPA – SINDICATO DOS HOSPITAIS E CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE**

O presidente do **SINDICATO DOS CONDUTORES DE AMBULÂNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SINDCAERS**, no uso de suas atribuições estatutárias, vem convocar os integrantes da categoria profissional, em especial os empregados abrangidos pela categoria econômica do **SINDIHOSPA – Sindicato dos Hospitais e Clínicas de Porto Alegre**, para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária** a realizar-se no dia 08 de abril de 2026 (quarta-feira), às 19h30min em primeira chamada e 20h, em segunda chamada. A Assembleia será realizada de forma telepresencial por meio do Aplicativo Zoom Meetings, através do link: <https://zoom.us/j/93235784253?pwd=m8Ns0JwhGjKQ7yaEP1fa2Uss7KnW.1> ID da reunião: 932 3578 4253 – Senha de acesso: 990083, com a seguinte ordem do dia: a) Apreciação e deliberação sobre conveniência de realizar Convenção Coletiva de Trabalho com o Sindicato Patronal - SINDIHOSPA. b) Em caso positivo, aprovar o Rol/Pauta de Reivindicações. c) Autorização para a diretoria do Sindicato negociar, bem como firmar acordo; d) Delegar poderes para a Direção do SINDCAERS instaurar Dissídio Coletivo, bem como outras medidas judiciais ou extrajudiciais que entender necessária; e) Deliberação e autorização para o desconto em folha da Contribuição Assistencial em favor do Sindicato, com definição do valor, forma de cobrança e condições de oposição; f) Assuntos Gerais.  
 Porto Alegre - RS, 02 de abril de 2026.  
**Leonardo Garcia Carolino - Presidente SINDCAERS**

CONTEÚDO, ANÁLISES E PODCASTS.

**TUDO AO SEU ALCANCE,  
NO SEU TEMPO.**

Baixe o App e conecte-se  
à informação com apenas um clique!



**Jornal do Comércio**  
O jornal de economia e negócios do RS